

O que resta do futuro após o fim da história? a hipótese presentista e a (in)disponibilidade da história

Mauro Franco Neto

Universidade do Estado de Minas Gerais
Divinópolis, Minas Gerais, Brasil

Recebido em: 06 nov. 2023

Aprovado em: 06 fev. 2024

Aprovado em: 16 maio 2024

Resumo

O artigo tem por objetivo analisar a hipótese “presentista” do historiador francês François Hartog à luz do problema da disponibilidade da história. Para tanto, colocamos a hipótese em diálogo com uma bibliografia brasileira, mas não apenas, que procurou, dentre outras coisas, apontar as insuficiências teóricas e políticas desta hipótese, bem como destacar as dimensões e riscos que se impõem à tarefa de nomear o contemporâneo. Entendemos que as perspectivas que argumentam acerca de uma desorientação do tempo a partir da crise do conceito moderno de história podem ser redimensionadas a partir de um adensamento na descrição dos processos de temporalização na contemporaneidade. Por fim, argumentamos que a pergunta sobre a disponibilidade da história, quando o futuro já não é mais o mesmo, ganha novos contornos com um futuro que já não está mais necessariamente associado a promessas redentoras e, sim, atento às condições objetivas para a vida no planeta e para o cuidado com tudo aquilo que habita o tempo.

Palavras-chave: Futuro. História. Tempo. Presentismo. Antropoceno.

* Professor Adjunto da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Divinópolis, Coordenação de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Doutor e graduado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto; Mestre em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: franconeto.m@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-5473-8436>

 <http://lattes.cnpq.br/0574310327957605>

What remains of the future after the end of history? The presentist hypothesis and the (un)availability of history

Mauro Franco Neto

Minas Gerais State University
Divinópolis, Minas Gerais, Brazil

Received: 5th Nov. 2023

Approved: 6th Feb. 2024

Published: 16th May 2024

Abstract

The article aims to analyze the “presentist” hypothesis of the French historian François Hartog in the light of the problem of the availability of history. To this end, we put the hypothesis in dialogue with a Brazilian bibliography, but not only, which sought, among other things, to point out the theoretical and political insufficiencies of this hypothesis, as well as to highlight the dimensions and risks that are imposed on the task of naming the contemporary. We understand that the perspectives that argue about a disorientation of time from the crisis of the modern concept of history can be re-dimensioned from a thickening in the description of temporalization processes in contemporary times. Finally, we argue that the question about the availability of history, when the future is no longer the same, takes on new contours with a future that is no longer necessarily associated with redemptive promises, but rather attentive to the objective conditions for life on the planet and for the care of everything that inhabits time.

Keywords: Future. History. Time. Presentism. Anthropocene.

* Professor at the State University of Minas Gerais, Divinópolis Unit, Coordination of Human and Social Sciences. PhD and BA in History from the Federal University of Ouro Preto; MA in Social History of Culture from the Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro. Email: franconeto.m@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-5473-8436>

 <http://lattes.cnpq.br/0574310327957605>

A (in)disponibilidade da história

Foi Reinhart Koselleck quem observou que, por mais de dois mil anos, fez parte da cultura mediterrânea e ocidental a ideia de que se contavam histórias, mas só por volta de 1780 passou ser possível imaginar que se pudesse “fazer” a história. O que se viu, a partir de então, foi um intenso processo de abstração do conceito de história de um sujeito a ele concernente (a história do império, a história das doutrinas teológicas), autonomizando-se como um conceito singular coletivo que reunia a soma de todas as histórias. O que antes era, então, destino, está agora disponível e pode ser alterado, moldado, planejado, endereçando a história num sentido de progresso como tantos prognósticos na Modernidade previram. No caleidoscópio de sonhos modernos houve, porém, distintas relações com a disponibilidade da história, alternando perspectivas que previam mais, ou menos, possibilidade de transformação das condições existentes, bem como de impor ritmos também mais, ou menos, velozes ao movimento da história (Koselleck, 2006).

Apesar dos diagnósticos sociais, políticos ou econômicos que podiam distanciar, na Modernidade, liberais, democratas, socialistas ou comunistas, a estrutura argumentativa se mantinha: apelava-se para a ideia de “fazer” a história, de modo que se impunha a ela algo novo, um ritmo, uma constância e determinados conteúdos.¹ Através de uma filosofia voluntarista da história, os diversos grupos sociais apostaram na consumação de uma história que, mais cedo ou mais tarde, haveria de produzir-se. O futuro era, assim, anunciado “como um dever da história objetiva” e funcionava igualmente como um legitimador de uma boa consciência para a ação política (Koselleck, 2006, p.240). “Fazer” a história entrou, portanto, no dia a dia da linguagem política e social, mas, nem por isso, o tratamento dessa disponibilidade da história foi o mesmo. Apoiando-se “em quatro homens que normalmente são considerados como tendo feito algo parecido com história: Marx, Bismarck, Hitler e Roosevelt”, Koselleck (2006) observa que, no caso dos dois primeiros, por mais que apostassem, em algum nível, na ação histórica, jamais a absolutizaram e fecharam as possibilidades para o imponderável. Em Marx, mais especificamente, “suas análises se alimentam de uma diferença que distingue o agir humano e aquilo que efetivamente se realiza a longo prazo” (p. 242). Em sentido inverso, excertos de Hitler e Roosevelt revelam

1 A noção do “fazer” a história só se torna possível a partir da fusão de duas ideias distintas, conforme demonstrou Koselleck para o caso alemão: aquela de *Historie*, para se referir aos relatos elaborados pela ciência histórica, e aquela de *Geschichte*, entendido como o desenrolar dos acontecimentos históricos. Surge assim um conceito novo, a saber, o de “história em si”, como cenário agora autonomizado e “disponível para a ação humana” (Sebastián, 2012, p.249). A disputa pelos sentidos e conteúdos desse conceito passa, então, a ter grande peso no debate político e social, com diversas conotações possíveis, mas com a convergência fundamental de que, agora, a história representa um futuro aberto e distinto do presente.

personagens preocupados em ser “os últimos a fazer história”, ou encontrar o “final da guerra para todos os tempos”, reforçando uma ultra-disponibilidade da história que parecia completamente disponível para a agência humana (Koselleck, 2006, p.244).

Nas últimas décadas algo parece se inverter. A disponibilidade da história parece dar lugar a um horizonte no qual pouco nos resta fazer senão esperar as mudanças que chegam mais a despeito do que em razão de nossas ações. Ainda na década de 1990, Hans Ulrich Gumbrecht identificou, especialmente no mundo da literatura e das artes, algumas dinâmicas que aludem à diminuição do ritmo das mudanças que, após atingir velocidades inauditas entre o século XIX e a primeira metade do século XX, teria entrado em um processo de desaceleração. O presente nos pareceria, a partir de então, se mover “mais e mais vagarosamente”, além de “tornar-se mais amplo de novo”. Como dito anteriormente, o tempo não mais aparece com um agente absoluto de mudança, apontando para um processo de “destemporalização” que já não mais poderia ser sintetizado em narrativas de “desenvolvimento”, tal como modernamente se estabeleceu (Gumbrecht, 1998, p. 21-22).

François Hartog também se debruçou sobre esse movimento e consolidou uma hipótese que vem sendo bastante discutida na comunidade historiográfica nas últimas duas décadas: a hipótese presentista. Desde sua publicação, em 2003, *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*, o livro de Hartog se tornou referência fundamental nos estudos acerca da experiência do tempo com a proposta de criação de um “instrumento”, a categoria “regimes de historicidade”, para a averiguação de como sociedades e culturas estabeleceram em distintos momentos históricos determinadas ordens do tempo. A hipótese mais fundamental acerca do “presentismo” sugeria a prevalência na contemporaneidade do presente sobre as dimensões do passado e do futuro, sendo que, no caso deste último, ainda se impõe uma importante sensação de fechamento, ao contrário do que se via na concepção moderna de história.

Como afirmou o próprio Hartog (2013, p. 14), “a construção do neologismo ‘presentismo’ deu-se, de início, em relação à categoria de futurismo”, na qual o futuro comandava. Mais do que ao homônimo movimento do italiano Marinetti, Hartog se referia a todo o movimento anteriormente referido por Koselleck no qual se tornava possível “fazer a história”, ou planejar e moldar o futuro. Ou algo ainda mais decisivo: era do futuro que se vinha a inteligibilidade para o tempo, apoiando sobre o passado e o presente um sentido que só se completava na medida que se realizasse no futuro. É ao reconhecer a filiação de seu livro à Koselleck, entre outros autores (Hartog, 2013, p. 28), e sua interpretação do tempo na Modernidade como um progressivo distanciamento entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa, que Hartog (*Ibidem*, p. 39) se questiona: “ora, não foi uma configuração suficientemente diferente que se impôs desde então?”.

O que seriam os sintomas de uma temporalidade presentista ocupariam, assim, diversas camadas da existência contemporânea. Para a história, sua representatividade seria até mesmo ambígua: seria possível falar no presentismo enquanto rótulo de uma época, opondo-se, como dito, ao futurismo moderno, e também como categoria analítica de como

nossa época procura articular passado, presente e futuro, isto é, na prevalência do presente até mesmo em nossas formas de olhar para o passado e o futuro. Neste sentido, e seguindo a seara aberta por Pierre Nora, Hartog aponta que a própria história nacional perdia a justificativa que a consagrou na Modernidade, como cápsula de uma identidade de um povo no tempo, para ceder lugar a um inventário de lugares onde ela se encarnou. Fica evidente, neste último caso, que a história tem sua fronteira com a memória borrada. Sob o imperativo do dever de memória, compreendido como um intenso processo de patrimonialização, pode-se fazer memória de tudo. Como consequência, a história aparece como história no presente e na identidade de uma época consigo mesma.

O movimento do presentismo que nos interessa aqui, porém, é ainda mais amplo e capaz de articular distintos extratos da existência a partir de um modo específico de experimentar o tempo. Nas grandes cidades, afirma Hartog, os sintomas aparecem num processo de corrosão do espaço e de redução do aspecto qualitativo do tempo, pasteurizando a experiência em modalidades genéricas, que têm nas salas de aeroportos, em shoppings e edifícios seu exemplo máximo. Ali, nada permanece ou guarda uma identidade precisa. Bem mais, vê-se uma recusa em cristalizar-se e a procura por garantir uma amnésia instantânea na qual não há distinção do antes e do depois. Um fluxo incessante que faz do presente um momento dominante que procura abstrair-se de uma cadeia temporal processual como continuidade do passado e antecipação do futuro.

Como se daria, porém, o início de um regime de historicidade? A preocupação de Hartog (2013) aqui é demonstrar que a prevalência de qualquer dimensão do tempo acontece de forma sutil e processual, permitindo a permanência de características anteriores e a presença de latências que poderiam se adiantar. É assim que algumas brechas como 1789, para a Modernidade e a prevalência do futuro, equivaleriam a 1989 para a sinalização da prevalência do presente. Desde 1989 estaríamos aprisionados pelo incessante fluxo presentista? Talvez. Hartog mantém o cuidado em afirmar que o presentismo manteria uma dimensão do “tempo dos fluxos, da aceleração e de uma mobilidade valorizada e valorizante”, ao mesmo tempo em que manteria para uma ampla camada da população um “presente em plena desaceleração, sem passado [...] e sem futuro real tampouco (o tempo do projeto não está aberto para eles)” (*Ibidem*, p.14).

É certo também que, ao voltar ao argumento, no prefácio escrito em 2011 para a edição brasileira, já considerando os novos elementos trazidos pela crise econômica de 2008, Hartog (2013, p. 15) pontua que “falar de presente onipresente não dispensa, pelo contrário, de se interrogar sobre possíveis saídas do presentismo”. Da mesma maneira que é correto, como veremos neste texto, que não foi Hartog quem mais avançou nessas possíveis saídas do presentismo. Mais adiante, em *Crer em História* (publicação original de 2013), Hartog voltou a ser assertivo ao falar em “oclusão do futuro” e “ascensão de um presente onipresente”, no qual “o futuro desaparece do horizonte” e “mais ainda do que imprevisível, ele se tornou ‘infigurável’” (Hartog, 2020, p. 25). O retorno de Hartog ao tema das figurações do futuro no interior de um regime de historicidade presentista contrastará, portanto, de modo decisivo,

com a maioria dos posicionamentos que serão possíveis de serem observadas neste texto, em particular naquilo que seria, mais do que infigurável, uma multiplicidade de figurações do futuro.²

Seja como for, a descrição de Hartog da temporalidade presentista não é um caso isolado e ganhou ressonância entre um conjunto de autores que encontraram elementos consonantes àqueles descritos pelo autor francês. Cumpre notar a coincidência entre a hipótese presentista e certa narrativa cômoda ao sistema econômico e cultural vigente desde a queda do muro de Berlim, o que já nos levaria a questionar se a descrição de Hartog possui a amplitude almejada ou é fruto de uma experiência particular e situada no interior de um dos centros de poder global. Antes de entrarmos nesse debate, e para nos restringirmos a uma bibliografia brasileira, encontramos no filósofo Paulo Arantes a mesma identificação de uma destemporalização do tempo histórico no que ele chamou de uma era das expectativas decrescentes, oposta à temporalização da história na Modernidade em que tudo orbitava em torno da grande espera do futuro. Novamente, a colonização do lugar (espaço) pelo fluxo incessante é chamada à tona, na percepção de um horizonte temporal “sem começo nem, nem sequência”. É certo, no entanto, que a análise de Arantes sobre a modernidade acrescenta à leitura de Koselleck aquelas de Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein, para os quais é a economia capitalista o ente fundamental no estímulo para a criação de um mesmo “tempo do mundo”.

Assim como Hartog, Arantes (2014) aponta a dominância desse “tempo intemporal”, uma efemeridade eterna que vai se instalando na medida que desordena a sequência de eventos e produz uma ampla simultaneidade. O que mais chama a atenção, porém, é que essa descrição vai ao encontro de um pretense *world time* que a tudo nivelaria e recriaria uma nova narrativa triunfante da história, mas agora do fim da história. É como se o sonho moderno ganhasse uma sobrevida, mas com conteúdo esvaziado e um fim da história que, menos que indicar as pretensões universalistas de antes, agora seria “uma redenção para poucos da entropia temporal; basicamente apenas o núcleo orgânico do sistema ingressaria na zona de luz da pós-história, cujo principal eixo de interação entre seus múltiplos espaços-de-fluxos seria econômico” (*Ibidem*, p. 62).

2 Em texto de 1997, portanto anterior aos escritos de Hartog aqui analisados, Elías Palti (2001) já reconhecia as dificuldades na caracterização disso que seria um “tempo da modernidade”, tentativa mais ou menos recorrente entre autores que buscavam identificar os contornos de uma época que sucederia a modernidade. Segundo Palti, os responsáveis pela crítica a um “tempo da modernidade”, invariavelmente, terminavam por resumi-lo a uma dada consciência da temporalidade linear e irreversível, quando, na sua análise de uma longa tradição filosófica europeia, outros traços tão decisivos quanto, inclusive em termos de reversibilidade temporal, poderiam ser notados (Palti, 2001, p.23). Em linha semelhante, mas em 2015, João Paulo Pimenta, em resenha de “Regimes de historicidade”, observa na obra de Hartog uma imprecisão importante: não responder em que medida o presentismo supostamente resulta de uma quebra de formas de viver os tempos anteriores. Fenômenos como a aceleração e a compressão dos tempos em um presente dominante estiveram presentes, segundo Pimenta, também na modernidade, questionando, assim, o alcance do argumento do autor francês (Pimenta, 2015, p. 404).

Rodrigo Turin (2019) observou que essa mesma narrativa triunfante se encontra na retórica do neoliberalismo que, como profeta do próprio tempo, cristalizou na máxima “*there is no alternative*”, de Margareth Thatcher, um entendimento capaz de colonizar o imaginário temporal. Numa associação entre os tempos do capital financeiro e da tecnologia, produziu-se uma aceleração social caracterizada por uma miríade de ritmos desconexos que atua no mesmo sentido de destemporalização e de indisponibilidade de viver o futuro como projeto. Em todos os casos, ficaria reforçada a compreensão de um sujeito passivo ante as transformações e que, na cartilha da formação subjetiva desejada, deveria ser medido por índices como flexibilidade, resiliência e capacidades.

Mesmo quando nos detemos em autores que buscaram objetivamente ir além da hipótese presentista, como na hipótese do “atualismo” de Mateus Pereira e Valdeci Araujo (2018), à qual retornaremos mais adiante, é possível notar a implicação de elementos que se aproximam da descrição de Hartog. É assim que, para usar termos destes autores mencionados, estaríamos “aprisionados em uma estrutura de expansão infinita”, uma sucessão vazia de agoras, uma dinâmica na qual a “mudança se torna expectativa” (*Ibidem*, p. 40; 58). Da mesma forma que Hartog apontou o presentismo como o momento posterior ao futurismo, Araujo e Pereira identificaram que o atualismo, ou a atualização, se sobrepõem a antigos conceitos modernos como progresso e evolução, no preenchimento do campo de experiência concernente ao futuro.³

A amplitude alcançada pela hipótese do presentismo como via de descrição da experiência do tempo no mundo contemporâneo fica evidenciada. O grande risco, porém, de sua maximização, e que a bibliografia que aqui trabalhamos bem alertou, é a fusão desse modelo descritivo com o que chamaríamos de “realidade mesma”, que parece escapar a cada tentativa de normatização do *Zeitgeist* do presente. Falamos, isto é, da perda do caráter agônico que essa descrição comporta, deixando pouco espaço para as disputas, ou pior, para a preocupante reunião entre o que essa análise pretende descrever e a perpetuação de uma indisponibilidade da história que parece bem interessante às forças político econômicas hoje hegemônicas. Interessa-nos, portanto, pensar o conjunto de mecanismos que atuam na qualificação do que é passado, presente e futuro, isto é, naquilo que María Inés Mudrovic (2018) chamou de políticas do tempo:

3 Vale destacar também aqui a interpretação de Hartmut Rosa, segundo a qual a lógica do aumento e da aceleração já vistos na Modernidade se acentuariam agora no que seria uma Modernidade Tardia. Aqui se manifestaria, segundo Rosa (2019, p. XIV), a “irracionalidade da moderna lógica escalar, que se assemelha a um ‘correr às cegas’”. Estaríamos, assim, submetidos a uma pressão temporal formada pela tríade crescimento, aceleração e inovação, mas que se disporiam agora numa sucessão vazia de eventos, sem necessariamente apontar para um futuro aberto, um objetivo prenhe de promessas. Rosa encontra na noção de “estabilização dinâmica” uma maneira de nomear esse duplo movimento pelo qual estamos permanentemente em concorrência e aceleração com um sistema cada vez mais estabilizado em suas próprias determinações.

As políticas do tempo consistem em um conjunto de operações que, no momento em que sancionam o que é próprio ou característico do presente, constroem um “outro”, o excluindo diacrônica ou sincronicamente desse presente. O outro é anacrônico. O outro não é meu contemporâneo (Mudrovic, 2018, p. 10).⁴

Pelo termo política entende-se, portanto, operações a partir de uma base de autoridade que, no caso do tempo, possui o poder de dar nome ao presente e o contemporâneo. Se assumirmos, como propôs Arthur Ávila (2021), que a história “é também um resultado das opções e ações que fazemos e tomamos em uma dada conjuntura” (p. 98), podemos nos perguntar como estamos hoje nomeando o presente. Seria possível argumentar que diagnósticos como os de Gumbrecht e Hartog não estão celebrando, mas, sim, lamentando as novas configurações de um “presente lento e amplo” ou do “presentismo”. Todavia, o que chamamos a atenção aqui é que mesmo esse lamento é um gesto performático que procura dar nome ao presente e delimitar o seu universo de possibilidades. A manutenção de uma postura por parte da historiografia que procura nomear uma época, estabelecendo nela uma relação de perfeita identidade consigo mesma, traz implícito um discurso que nega a própria dimensão performática do gesto historiográfico, como se fosse possível esgotar o conjunto de determinações de um presente ao nomeá-lo. Reconhecer a prática específica de temporalização como um âmbito inegavelmente performático, é reconhecer a condição historiográfica de “produtora” de temporalidades (Ávila, 2021, p. 95). Com isso, novamente seguindo sugestão de Arthur Ávila, seria possível falar em uma história aberta, colocando em suspenso o encerramento do presente nele mesmo. Em síntese, o desafio que se coloca para as pretensões descritivas da experiência do tempo no contemporâneo seria aquele de, conforme também afirmado por Luísa Rauter Pereira (2021, p. 9), tratar o presente não como “uma época histórica fechada que engloba a tudo e todos, mas como um campo de disputas políticas pelo tempo”.⁵

A implicação fundamental da assunção desse desafio para o estudo da história foi explicitada por Marek Tamm e Laurent Olivier (2019), quando anunciam o crescente interesse no estudo da história pelas emergências, interações e pelos contextos ativos, quando antes se

4 Tradução nossa. Original: “*Las políticas del tiempo consisten en un conjunto de operaciones que, a la vez que sancionan lo que es propio o característico del presente, construyen un 'otro' excluyéndolo diacrónica o sincrónicamente de ese presente, el otro es anacrónico. El otro no es mi contemporáneo*”. (Mudrovic, 2018, p. 10).

5 Nessa mesma linha, Walderez Ramalho (2023) fez avanços importantes em texto recente, no qual procura problematizar as dificuldades em torno do conceito de “história do tempo presente”. Segundo o autor, ao historiador caberia, mais do que identificar o presente como “um bloco de tempo no qual se pode encaixar as ocorrências do mundo histórico que compartilham certa unidade epocal”, deslocar a questão de “onde ou quando começa o presente”, para quais são as práticas sociais e quais políticas do tempo o instituem (*Ibidem*, p. 10).

procurava essencialmente pela origem, pelas ações e pelos objetos. Segundo os autores, o estudo da história muda quando a encaramos como uma tarefa marcada por políticas, pois a partir de então qualquer descrição da história e do presente é uma descrição fundamentalmente performática (*Ibidem*, p. 15-16). Na ocasião, portanto, na qual se via o fim da história, o aprisionamento em um fluxo incessante de um presente ensimesmado, o que se revela é o próprio objetivo de uma busca performática pelo esgotamento do presente em apenas uma das suas dimensões, aquela que a hipótese presentista tão argutamente descreveu.

Talvez neste momento já estejamos prontos para retornar a alguns argumentos, como os de Arantes e Turin naquilo que apresentam como o reverso da hipótese presentista, isto é, nas características que vão na contramão de uma narrativa que tende a homogeneizar o presente e se colocar como obstáculo a uma descrição pouco densa das disputas em jogo no contemporâneo. Reconhecendo a dimensão performática das anunciadas “crise do futuro” e “indisponibilidade da história”, abre-se a possibilidade de compreender aquilo que Paulo Arantes nomeou como “enorme zona de sombra do mundo” que não adentrou a pós-história, na qual a existência se reduz ao fluxo incessante de capitais, informações e atualização tecnológica. Arantes se refere aqui a determinadas permanências como a política de poder e ressentimento social num mundo cujo tempo ainda é nacional e o Estado-nação é o *locus* principal de identificação política; de massas confinadas em um regime disciplinar; da distribuição desigual de riscos e urgências; do conflito por recursos naturais estratégicos e pela imigração etc. História e pós-história se chocariam, então, no novo tempo do mundo, marcado por um estado de perpétua emergência na qual o futuro já chegou e comporia um presente repleto de assimetrias (Arantes, 2014).

Assimetrias que também foram objeto de escrutínio de Rodrigo Turin (2019) quando, apostando na percepção de Ernst Bloch acerca da não contemporaneidade do contemporâneo, aponta para a convivência de diversas temporalidades do presente, contendo, por exemplo, dinâmicas não contemporâneas ou indesejadas ao capitalismo e, por isso mesmo, com potencial liberador. A indisponibilidade aqui seria, mais do que da história, das condições de temporalização para cada indivíduo ou grupo social. Turin alude, sobretudo, aos mecanismos de sincronização dos tempos no presente, em particular da tecnologia e do capital financeiro e se pergunta: quem pode se desconectar ou desacelerar? Uma tarefa de politização do tempo, nesse caso, nos abriria a possibilidade de pensar no presente como um tempo repleto de tempos: o da globalização e da aceleração social, sim, mas também o tempo

da reivindicação identitária,⁶ das reparações (Cf. Bauer, 2014; Teles, 2001), da patrimonialização (Cf. Assmann, 2011), da crise climática (Cf. Turin, 2022) etc.

Desorientação ou dinamização do presente?

Conforme observaram Marek Tamm e Laurent Olivier (2019), há uma extensa bibliografia contemporânea que se debruça sobre a pergunta: está o tempo desorientado? (Para ficar apenas entre os citados pelos autores estão: Aleida Assmann, Marc Augé, Hans Ulrich Gumbrecht e o próprio François Hartog). Tal percepção talvez derive daquilo que Jacques Rancière entende como princípio geral da temporalidade histórica: uma ordem causal de coexistência entrelaçando todos os fenômenos de uma época sob o princípio da identidade a um certo tempo (Salomon, 2018, p. 322). A desorientação aconteceria, portanto, na medida em que, na busca pela identidade de um tempo, encontrava-se a multiplicidade que, por sua vez, passa a ser conceituada enquanto crise e deslocamento. Tal dinâmica traz como desafio a necessária pluralização da ideia de presente, na contramão daquilo que Rancière observa no sistema dos tempos nos *Annales*: uma temporalidade histórica imobilizada, fixada em um presente idêntico a si mesmo (*Ibidem*, p. 324).

Walderez Ramalho (2021, p. 71) define “crise” como um dos principais conceitos de temporalização na contemporaneidade ao dialogar com essa bibliografia em torno da “crise do tempo”. Na esteira de Koselleck, Ramalho observa que o conceito de crise sempre postulou uma dimensão temporal que, na modernidade, implicou mesmo uma teoria do tempo, possibilitando interpretar o tempo histórico e a história em si (*Geschichte*). Como conceito histórico-filosófico, portanto, “crise” era particularmente chamado à tona para nomear momentos em que uma dada expectativa de algum percurso temporal (o progresso, por exemplo) não se completava. A partir disso, talvez possamos nos perguntar se a opção por nomear o contemporâneo pela via da “crise do tempo”, não nos levaria a repetir um gesto bastante moderno e, por isso mesmo, historicizável, ou seja, que não pode ser absolutizado. De modo mais objetivo, talvez reconhecer essa dimensão “histórica” do conceito de crise nos possibilita colocar em suspenso a pretensão do esgotamento das formas de temporalização do contemporâneo que a ideia de “crise do tempo” traz. Afinal, qual é o tempo que está em crise?

Araujo e Pereira (2018), por uma via heideggeriana, vão além e veem na conclamada

6 A amplitude do termo talvez não ajude, mas nos parece operativo aqui no sentido de apontar para formas contemporâneas de imprimir ordem ao tempo a partir de identidades obscurecidas na narrativa historiográfica, como indicado por Oliveira (2022) e pelo dossiê de Assunção et. al. (2019). Importante notar, no entanto, que a via da identidade mantém uma interface com a dimensão temporal, e no que poderíamos chamar de fissuras do presentismo, também a partir de grupos ligados à direita política, como evidenciado por Detoni (2021), ao argumentar que esses grupos também operam uma disputa pela ordem do tempo, no sentido de que há uma defesa do pertencimento das experiências da história a certas categorias temporais.

“crise” contemporânea acentuações de uma dimensão inautêntica da temporalidade. A partir de uma compreensão da multiplicidade de dimensões que passado, presente e futuro podem assumir, não sendo realidades singulares e auto evidentes, os autores afirmam que em cada estrutura existencial (disposição[passado], compreensão [futuro] e decadência [presente]), “as três dimensões temporais (passado, presente e futuro) estariam reunidas em arranjos específicos (unidade ekstática), tanto em modo autêntico-próprio, quanto inautêntico-impróprio” (*Ibidem*, p. 85).

Para encaminharmos o argumento de forma mais direta, interessa notar que, segundo os autores, toda compreensão está ambientada, consonante ou sintonizada por uma configuração de humores ou disposição. Assim, o *ser-aí*, está sempre afinado por algum clima, uma constelação específica de humores como medo, angústia, tédio, raiva etc (Araujo; Pereira, 2018, p. 85). Num processo, porém, de entificação do ser, que seria confundir-se com o seu “aí”, que é sempre específico, como no caso de um medo do futuro que ameaça o “aí” (mundo estabelecido), o ser perde o que lhe é mais próprio, seu poder ser. Seu caráter de abertura. Com isso, o “ser-aí” não é, portanto, apenas o seu mundo, mas sempre a possibilidade de mundo. Assim, não ter noção de tal mudança seria como perder qualquer senso de historicidade. Se a hipótese do presentismo fosse levada às suas últimas consequências, haveria um regime de a-historicidade, uma imutabilidade eterna (Simon, 2019, p. 5). Neste sentido, a hipótese do atualismo trazida pelos dois autores, menos que reificar a visão presentista, aposta que a atual crise está ancorada em uma visão reduzida do ser e de suas possibilidades. A aposta dos autores é por observar as complexas dinâmicas da experiência do tempo no mundo contemporâneo ligadas à lógica do capitalismo financeiro combinada com o tempo da tecnologia e suas demandas por atualização permanente, bem como por alguns fenômenos como o desejo pela transparência e os desafios do digital, da obsolescência e do pós-humano.

Tal adensamento na descrição do presente pode colocar em xeque certos impulsos na construção de normatividades em nosso campo. Tanto Chris Lorenz (2019) quanto Rodrigo Turin (2016, p. 30) concordaram que a corrosão da instrumentalidade de um tempo linear e homogêneo, fundamental em presidir o trabalho historiográfico por um longo período, nos obrigou a discutir as pretensões de normatividade. Muito mais interessante, nesse caso, seria reconhecer a miríade de forças que atuam no presente e dificultam a abstração e a universalização do tempo. A hipótese presentista desenvolvida por Hartog acaba por recair, segundo Lorenz, na manutenção de uma estrutura temporal moderna, com seus contornos utópicos e progressistas, mas agora operando no sentido da estagnação e do fechamento.

É certo que há nuances na abordagem autor francês, como aqui já foi afirmado, na percepção de que um regime de historicidade não desaparece quando não é mais dominante. As limitações do argumento, porém, padecem, para Lorenz, de uma dimensão mais decisiva, isto é, que Hartog “pouco tem a dizer sobre a conexão entre posições sociais e experiências temporais” (Lorenz, 2019, p. 32. Tradução nossa). O maior incômodo de Lorenz se cristaliza, assim, no uso do “pronomes pessoal ‘nosso’ em ‘nossas experiências de tempo’ [...], [pois] a

posição-sujeito do falante/escritor permanece irrefletida” (Lorenz, 2019, p. 32. Tradução nossa). Dada a impossibilidade de localizar pessoas, eventos e processos inequivocamente em uma “camada de tempo”, permanece o desafio colocado tanto por Lorenz, quanto por Tamm e Olivier, pelo desenvolvimento de uma noção mais complexa e nuançada do que aquela moderna.

O adensamento da descrição da experiência do tempo na contemporaneidade nos levaria a permanecer um pouco mais na questão da conexão entre posições sociais e experiências temporais, levantada por Lorenz, e que foi particularmente discutida por Gêssica Guimarães e Luísa Rauter Pereira (2021). As autoras identificam certo descompasso entre as linhas gerais da hipótese presentista e um intenso movimento de protestos de massa que explodiram ao redor do planeta, ao menos de 2010 em diante. Se movimentos de tal natureza podem ser lidos como particularmente intensificadores da reorganização das estruturas coletivas de sentido da experiência histórica, como interpretá-los à luz de uma hipótese que é assertiva sobre a nossa incapacidade de planejar futuros coletivos?

Novamente, Guimarães e Rauter Pereira (2021) parecem nos convidar a um gesto de situar (ou seria “provincializar”, como nos provocou Dipesh Chakrabarty [2008]), uma formulação que nasceu num dado espaço e momento específico e mereceria ser rediscutida quanto ao seu real alcance (Mendes; Pinha; Franco Neto, 2023, p. 6). A onda de ativismo contemporâneo e de questionamento do *status quo* tem por virtude, segundo as autoras, desnaturalizar certezas e condutas cristalizadas em nossa sociedade, buscando as raízes históricas de um conjunto de privilégios. De tal modo, o horizonte de ensimesmamento da história descrito na hipótese presentista, ainda que tenha eficácia analítica em alguma dimensão, soa bastante estranho para grupos que insistem na disponibilidade da história, uma vez que essa mesma história segue acirrando conflitos e assimetrias das mais diversas ordens.

O temor de que a argumentação das autoras se ampare em algum substrato essencialista, como se a posição social escondesse uma irreduzível dimensão de autoridade, não se sustenta. Mais do que apostar numa essência, o argumento de Guimarães e Rauter Pereira (2021) é profundamente histórico e aposta numa experiência concreta de grupos que seguem, naturalmente, operando conexões em termos temporais, mas pouco puderam até aqui ser ouvidos quanto à conclamada indisponibilidade da história. Caberia perguntar, por fim, na esteira das autoras, quem é o sujeito cognoscente que anuncia a crise do futuro. Se bem compreendido, tal argumento, menos que nos restringir em determinismos, nos oferece um decisivo avanço numa formulação de que, nesse caso, a pluralização da perspectiva significa pluralização do tempo.

Mas o futuro não é mais o mesmo

Uma dificuldade ulterior se impõe: como continuar a nossa história se o futuro não é mais o mesmo? É possível manter operativa a categoria “futuro” sem com ela trazer alicerçado

uma promessa redentora? Como conceber a mudança histórica hoje? Aqui, argumentando juntamente a Zoltán Simon (2019), cabe reconhecer que, mais do que o “presentismo”, as condições para o imaginário do futuro hoje são colocadas por aquilo que seria um “tempo sem precedentes”. Ou melhor: a questão é que o futuro não desapareceu, mas permanece e agora sua imaginação possível é mediada por “visões de futuro nos domínios tecnológico e ecológico (inteligência artificial, transumanismo, biotecnologia, mudança ambiental induzida pelo homem, perda de biodiversidade, debate sobre o Antropoceno e assim por diante) como expectativas futuras” (*Ibidem*, p. 4. Tradução nossa). Haveria, assim, a emergência de uma sensibilidade histórica subjacente aos domínios tecnológico e ecológico que manteriam o futuro como categoria operativa, mas agora com outras formas, e que dificultaria a persistência da hipótese presentista acerca de uma “infigurabilidade” do futuro.

O argumento de Zoltán Simon (2019) comporta também uma crítica mais direta à hipótese presentista. Segundo o autor, a hipótese padeceria de um foco exclusivo no domínio sociopolítico, mantendo a questão nos termos da própria agenda definida pelo conceito moderno de história. Ou seja, o presentismo como apenas um momento posterior ao futurismo da modernidade e seus abundantes projetos de transformação política. Assim, o futuro só seria possível se necessariamente estivesse relacionado à melhoria sociopolítica da condição humana. Ao invés disso, Zoltán Simon argumenta que, ao nos debruçarmos sobre os domínios tecnológico e ecológico, veríamos que o futuro segue vigente enquanto categoria operativa e figurável, permanecendo o domínio sócio-político, no entanto, demasiadamente atrelado ao conceito moderno de história, que prevê um empoderamento gradual e processual, perdendo a dimensão das “mudanças sem precedentes” do contemporâneo. Simon não acredita, portanto, que as sociedades ocidentais abandonaram o futuro, mas que não reside no domínio sócio-político, hoje, o escopo do inédito, assim como vigorou na modernidade.

As possibilidades de alusão ao futuro hoje passariam ainda, segundo Tatiana Roque (2021), por um problema bastante objetivo: as constatações da ciência do sistema Terra de que o

planeta é um sistema único e autorregulado, com interações complexas entre as partes que o compõem [e que] os humanos provocam alterações na superfície terrestre, nos oceanos e na atmosfera, além de mudanças na biodiversidade em escala comparável – em extensão e impacto – às maiores forças da natureza (Roque, 2021, p. 230).

Segundo o pressuposto acima, a partir de agora, o ser humano deve ser considerado uma força da natureza com a capacidade de alterar as condições da vida no planeta. Na era do Antropoceno, portanto, como seria possível continuar vendendo a promessa de um futuro redentor? A quem particularmente serviria essa ideia? Tal dificuldade nos obriga a matizar o que até aqui temos chamado de disponibilidade da história. Com um fato objetivo colocado,

isto é, a vinculação direta entre a crise climática e a ação humana, resulta difícil seguir falando em termos de disponibilidade da história, tal qual estávamos habituados num sentido moderno do termo. O próprio François Hartog, cuja hipótese origina nossas discussões neste artigo, pareceu obrigado a redimensionar a hipótese presentista a partir da emergência do Antropoceno como categoria que transforma as bases de nossa imaginação temporal. Em seu livro mais recente, o historiador francês afirma que o início do século XXI teria poucas semelhanças com o final do século XX, momento que supostamente marcaria o auge do presentismo. Hoje, seria possível dizer que o presentismo não desapareceu, mas agora é questionado por uma “era planetária” (Hartog, 2022, p. X). Desta vez, analisando o tempo a partir de um regime cristão de historicidade, Hartog observa que cronos (a forma ordinária do tempo, a diferença de kairós ou da crise) retornaria (após a crise na breve era presentista) na forma temporal do Antropoceno que estoura a bolha presentista e reabre um tempo da longa duração, aquele das eras geológicas, mas que se apresentaria agora sobretudo pelo espectro da catástrofe e do fim.

A história, alude Rodrigo Turin (2022), apoiado em Gunther Anders, se revelaria mortal. Certo imaginário moderno que distinguia uma natureza com palco estável para a sucessão de eventos históricos que, por sua vez, apresentavam um horizonte ilimitado, se choca agora com a chamada “catástrofe cósmica”. O interesse no estudo das estruturas coletivas de sentido histórico recai sobre a possibilidade de o Antropoceno figurar alguma transformação na experiência do tempo. Nas palavras de Turin (2022), o que resulta decisivo aqui é que “para além de sua dimensão geológica, o Antropoceno também é um problema histórico, pois aponta – de modo inédito – para as condições de possibilidade de qualquer história possível” (*Ibidem*, p. 151). Para Bruno Latour (2020, p. 43), é incontornável a suposição de que “alguma coisa entortou a flecha do tempo, [...] [sendo] o fim de um certo arco histórico”. Como decorrência fundamental disso, “a única coisa que sabemos com certeza é que não mais podemos nos contar as mesmas histórias” (*Ibidem*, p. 56).

Assumindo não a crise do futuro, enquanto crise absoluta que nos tira qualquer ação, mas a crise de uma certa ideia de futuro da flecha do tempo moderna, qual a história comum é possível hoje? A recuperação da disponibilidade da história, e mesmo de uma história comum, encontra barreiras intransponíveis se mantidos os pressupostos universalistas e redentores que o conceito moderno de história legou. A recriação do imaginário acerca do futuro e da disponibilidade da história talvez passe por, de acordo com Marcelo Jasmin (2013), pensar o futuro fora do registro “cronocida” do mal anunciado fim da história. Trata-se de investigar, assim, princípios que mantenham ativa uma imaginação generosa do porvir, associada ao cuidado com tudo o que habita o tempo.

Em um encaminhamento que une Jasmin (2013) e Tatiana Roque (2021), seria preciso um exercício de evidenciar uma vez mais a historicidade tanto da noção de história universal como da experiência de progresso, buscando perceber como “épocas são perpassadas por sentidos da história, os quais sugerem modos de perceber o passado e imaginar o futuro” (*Ibidem*, p. 297). São, enfim, invenções civilizacionais, modos de crer, sentir e de viver no tempo.

Claro está, portanto, que não se trata aqui de uma recusa do futuro, mas na imaginação de “futuros compatíveis com a nossa recusa de um futuro como tólos ou como coisa que se pode fabricar” (Jasmin, 2013, s./p.). Ao contrário do sonho moderno, seria necessário ser inventivo numa imagem de futuro que não ofusque o cuidado com o presente. Danilo Araújo Marques (2016) recorreu ao conceito de “ainda-não-consciente”, de Ernst Bloch, para aludir à força do futuro de irromper e dilatar o presente, conformando uma nova categoria temporal, o “futuro-presente”. Com isso, inscreve-se no presente a perspectiva do novo, que agora não é mais apenas uma característica do futuro.

Uma tarefa política por excelência parece se colocar. Para Tatiana Roque (2021, p. 337), uma “cura do tempo” é necessária após a chantagem implícita na temporalidade da promessa e da espera, legando ao presente um estado de acometimento por um tipo de ansiedade pela eterna expectativa de que os problemas serão resolvidos depois. A cura do tempo passaria aqui também por permitir ao presente uma imagem caleidoscópica no qual diversas forças, não necessariamente concêntricas, o habitam e disputam. Neste sentido, a provocação de Rodrigo Turin (2022) sobre o tema da normatividade é novamente oportuna: menos que enquadrar o problema que se nos apresenta, habitá-lo. A retomada do futuro e da disponibilidade da história só seria possível hoje através do reconhecimento desse limite para o desenvolvimento de qualquer história possível. Para tanto, a escolha por pensar em termos de “habitabilidade”, conceito este apropriado de Dipesh Chakrabarty, seria, para Turin, uma forma de fazer história e futuro conviverem numa mesma frase (ou mundo) sem com isso produzirem um paradoxo. Por “habitabilidade”, portanto, não se alude a um conceito positivo, mais um que procuraria enquadrar a nossa época e, com isso, alimentar impulsos pela normatização. Aludiria, sim, a um conceito negativo, que impõe condições para o correr da história e nos responsabiliza em um momento em que promessas redentoras perderam o seu posto.

Ao contrário do que se imaginava, a ação política não perdeu seu sentido mediante o conclamado fim da história. Ela foi redimensionada a partir de outro horizonte de futuro. Caberia agora aos próximos esforços interpretativos acerca da experiência do tempo na contemporaneidade acolher, seguindo a sugestão de Chakrabarty (2020), um novo protagonista emergente da história: não mais apenas a vida humana, mas a vida complexa e multicelular em geral. A tarefa política que se coloca é que pensar a história na era do Antropoceno, mais do que necessariamente recair em discursos fatalistas, guarda a possibilidade, ainda que com condições muito restritas, de desenvolvermos uma conexão mais cuidadosa entre passado, presente e futuro. Se, “desde a modernidade, fomos provocados a nos inserir no mundo de maneira competitiva”, focando num “futuro prospectivo”, conforme afirma Ailton Krenak (2022, p. 97), o desafio para garantir alguma disponibilidade da história passa por um pensamento de “confluências”, evocando um contexto de mundos diversos que podem se afetar e futuros que, para serem viáveis, não precisem roubar outros futuros (*Ibidem*, p. 106).

Neste sentido, a proposta de pensar o Antropoceno como um possível regime de

historicidade emergente, mais do que criar um novo rótulo, que poderia recair na mesma despolitização, abre a possibilidade de narrativas comuns, porém sem as promessas redentoras e com condições mais claras acerca do que a história e o futuro reservam. Talvez valha a pena retornar aqui à Koselleck (2006) e o problema da disponibilidade da história, quando este nos afirma que “na história sempre ocorre ou mais ou menos do que está contido nas condições previamente dadas” (p. 246). Desse caráter de irreduzível abertura da história talvez possamos derivar que o futuro nem está de todo aberto, como modernamente se sonhou, nem mesmo de todo fechado, como as hipóteses mais despolitizadas do contemporâneo pretendem assegurar.

Arriscando-nos, portanto, a responder à pergunta que intitula este artigo (o que resta do futuro após o fim da história?), chegaríamos (ou retornaríamos?) a um conceito bastante sedimentado pela tradição intelectual e revolucionária, aquele de utopia. Haveria algum espaço para uma forma tão ambígua no mundo contemporâneo? Fredric Jameson (2020) percebeu que, com as atuais condições de temporalização pautadas na eliminação da historicidade, sua neutralização por meio da evolução tecnológica (características bastante afins àquelas que aqui discutimos), a função de desbloquear impulsos utópicos talvez ainda tenha lugar, ainda que sem que se identifique esse ou aquele conteúdo pontual. Não se fala exatamente aqui de uma utopia sem futuro, mas sim na qual o futuro possa assumir as vestes da inquietude e da perturbação (*Ibidem*, p. 361). Recolocar a imagem do futuro pela via utópica, ainda que sem conteúdo concreto, poderia atuar na contramão dos atuais movimentos de despolitização, desistoricização e tédio.

Recolocar o problema da disponibilidade da história, portanto, passaria pelo afastamento das tentativas de colonização do futuro impressas, por exemplo, em imagens de um

futuro neutralizado como uma forma de seguro e de planejamento e investimento [...] [na qual] não se quer, assim, apenas privar o futuro de sua explosividade, mas também o anexar como uma nova área de investimentos e colonização pelo capitalismo. [...] Esse é o futuro preparado pela eliminação da historicidade, sua neutralização por meio do progresso e da evolução tecnológica (Jameson, 2020, p. 360).

Com um futuro domesticado e com todas suas possibilidades já represadas, nada mais nos restaria que a prisão em “estruturas de expansão infinita” que as dinâmicas do atualismo nos enredaram (Araujo; Pereira, 2018, p. 40). No interior dessas dinâmicas, a existência (e, por consequência, também a disponibilidade da história) fica restrita ao automatismo do *gadget*, na qual nossa ação se restringe a aceitar suas atualizações automáticas basicamente porque o atual, mais do que fisicamente novo, porta maior valor de atualização (*Ibidem*, p. 40). Seria a atualização como um fim em si mesmo e como único horizonte de disponibilidade da história.

A via da provocação utópica aponta, portanto, mais do que para aquele horizonte de

compreensões sedimentadas que marcaram a compreensão moderna da utopia (especialmente associada à experiência soviética), para uma tentativa de manter a história aberta e em uma dimensão de responsabilização, como aludiu, por exemplo, Chakrabarty (2020) através da noção de “habitabilidade”. Para tanto, seria o caso de aproveitar a própria crise de representação do conceito de utopia (afinal, qual conteúdo representaria de maneira imaculada a utopia hoje?), para positivar essa crise ao desenvolver uma angústia quanto a perder o futuro (Jameson, 2020, p. 367), ou mais diretamente sua possibilidade de controle, devolvendo a ele sua imprevisibilidade.

Caminhando nesse sentido, iríamos na contramão de algumas perspectivas que, em algum nível, confundiram a autoconsciência de um tempo (a modernidade progressista ou o contemporâneo presentista), com esse tempo mesmo. Com isso, concordamos com Araujo e Pereira (2018, p. 222), quando afirmam que “qualquer presente conterá em si formas específicas de passado e futuro”, de modo que, por mais que algumas temporalizações possam ganhar força em determinados momentos (o atualismo na era digital, a pressão pelo progresso na modernidade), não terminam por fechar a emergência de novas possibilidades de temporalização.

Trocando em miúdos, a leitura atenta de uma ampla bibliografia que se debruçou sobre a interpretação da experiência do tempo na contemporaneidade, partindo da hipótese presentista de Hartog e chegando nas mais recentes formulações acerca da relação entre história e Antropoceno, é possível notar uma convergência acerca das implicações políticas no ato de nomear o presente e o contemporâneo. Um sobrevoo, ainda que panorâmico, nessa bibliografia, deixa evidente os avanços feitos pela historiografia em assumir a tarefa de adensar a descrição do contemporâneo e não se esconder em argumentos de autoridade que a eximam do seu lugar e de seus compromissos os mais diversos. Passados quase vinte anos do aparecimento da hipótese presentista, e reconhecida toda sua capacidade em suscitar o debate, fica evidente que a história (*Geschichte*) segue operando naquilo que tem de mais irreduzível, sua imprevisibilidade.

Referências

ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo, 2014.

ARAUJO, Valdei; PEREIRA, Mateus. *Atualismo 1.0*. Vitória: Milfontes, 2018.

ASSUNÇÃO, Marcello; *et al.* (Org.). Apresentação. Dossiê Intelectualidades negras e a escrita da história. *Revista de Teoria da História*, v. 22, n. 2, 2019.

ÁVILA, Arthur de Lima. *A História no labirinto do presente: ensaios (in)disciplinados sobre teoria da*

história, história da historiografia e usos políticos do passado. Vitória: Milfontes, 2021.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2011,

BAUER, Caroline Silveira. Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar. *Dimensões*, v. 32, p. 148-169, 2014.

CHAKRABARTY, Dipesh. CHAKRABARTY, Dipesh. *Al margen de Europa: pensamiento pós-colonial y diferencia histórica*. Barcelona: Tusquets, 2008.

CHAKRABARTY, Dipesh. *O planeta: uma categoria humanista emergente*. Dansk: Zazie Edições, 2020.

DETONI, Vicente da Silveira. O “Partido Saquarema” na partilha da autoridade sobre o passado: nova direita, movimentos monarquistas e o saber histórico no ocaso da nova república brasileira. *História e Cultura*, v.10, n.1, jul. 2021.

GUIMARÃES, Gêssica; RAUTER PEREIRA, Luísa. Ativismo, movimentos sociais e politização do tempo: possibilidades dos feminismos no Brasil. In: *Diante da Crise*. Teoria, História da Historiografia e Ensino de História Hoje. Vitória: Milfontes, 2021.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HARTOG, François. *Crer em História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

HARTOG, François. *Chronos: The West Confronts Time*. New York: Columbia University Press, 2022.

JAMESON, Fredric. *Arqueologias do futuro: O desejo chamado Utopia e outras ficções científicas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

JASMIN, Marcelo. Futuro(s) presente(s). *ArtePensamento IMS*. (Site). 2013. Disponível em: <https://artepensamento.ims.com.br/item/futuros-presentes/>. Acesso em: 7 jan. 2023.

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KOSELLECK Reinhart. Sobre a disponibilidade da história. In: *Futuro passado: contribuição à semântica*

dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Contraponto, 2006.

LATOUR, Bruno. *Onde aterrar?* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LORENZ, Chris. Out of time? Some critical reflections on François Hartog's presentism. In: TAMM, Marek; OLIVIER, Laurent (Eds.). *Rethinking Historical Time: New Approaches to Presentism*. London: Bloomsbury Academic, 2019.

MARQUES, Danilo Araujo. No Future: esboços para uma ação política no novo tempo do mundo. *História da Historiografia*, Ouro Preto (MG), v. 9, n. 21, p. 43-54, 2016.

MENDES, Breno; PINHA, Daniel; FRANCO NETO, Mauro. O problema do tempo histórico e o mundo contemporâneo: Apresentação do Dossiê. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 25, n. 2, p. 5-14, 2023.

MUDROVICIC, Maria Inés. Políticas del tiempo, políticas de la historia: ¿quiénes son mis contemporáneos? *ArtCultura*, v. 20, n. 36, 2018.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Quando será o decolonial? Colonialidade, reparação histórica e politização do tempo. *Caminhos Da História*, v. 27, n. 2, p. 58-78, 2022.

PALTI, Elías José. *Aporías: tiempo, modernidad, historia, sujeto, nación, ley*. Buenos Aires: Alianza, 2001.

PIMENTA, João Paulo Pimenta. História do presentismo, história presentista? A propósito de Regimes de historicidade, de François Hartog. *rev. hist. (São Paulo)*, n. 172, p. 399-404, jan.-jun., 2015.

RAMALHO, Walderez Simões Costa. *Outros tempos, outras histórias: kairós, manifesto, crise*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto (MG), 2021.

RAMALHO, Walderez Simões Costa. Sobre os limites do tempo: história do tempo presente, policronia e performatividade. *História*, São Paulo, v. 42, p. 1-22, 2023.

RAUTER PEREIRA, Luísa. Fissuras do Presentismo: mudança histórica nos protestos políticos contemporâneos. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 13, n. 34, set.-dez. 2021.

ROQUE, Tatiana. *O dia em que voltamos de Marte: uma história da ciência e do poder com pistas para um novo presente*. São Paulo: Planeta, 2021.

ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na Modernidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 2019.

SALOMON, Marlon. A história como multiplicidade temporal. Entrevista com Jacques Rancière. In: *Heterocronias*. Estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos. Goiânia: Richochete, 2018.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. Contra la historia (en singular). Una interpretación de la obra de Reinhart Koselleck. (Resenha). *Ariadna histórica*. Lenguajes, conceptos, metáforas, n. 1, p. 247-259, 2012.

SIMON, Zoltán Boldizsár. *History in times of unprecedented change*. A theory for the 21st century. Great Britain: Bloomsbury, 2019.

TAMM, Marek; OLIVIER, Laurent (Eds.). *Rethinking Historical Time: New Approaches to Presentism*. London: Bloomsbury Academic, 2019.

TELES, Janaína (Org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* São Paulo: Humanitas, 2001.

TURIN, Rodrigo. As (des)classificações do tempo: linguagens teóricas, historiografia e normatividade. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, jul.-dec. 2016.

TURIN, Rodrigo. *Tempos precários: historicidade, aceleração e semântica neoliberal*. Dansk: Zazie, 2019.

TURIN, Rodrigo. A “catástrofe cósmica” do presente: alguns desafios do antropoceno para a consciência histórica contemporânea. In: MULLER, Angélica; IEGELSKI, Francine. *História do tempo presente: mutações e reflexões*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2022.